

A pandemia e o acesso à educação: evidenciando a desigualdade digital.

The pandemic and access to education: highlighting digital inequality.

Marina Garcia Lara^{1*}

RESUMO

O presente artigo foi organizado a partir de dados sobre o acesso à educação durante a pandemia por Covid-19 obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic) e TIC Domicílios. Em um momento em que a internet era o único e exclusivo meio de acesso à educação, objetivou-se identificar quais foram os desafios enfrentados pelos estudantes diante da impossibilidade do ensino presencial. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa: estudo etnográfico sobre o acesso à educação durante a pandemia. A partir da produção e análise dos dados, é possível inferir que a pandemia não causou impacto somente na demanda por rede, mas evidenciou a desigualdade digital. É possível perceber que o acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), instrumentos que dariam acesso às aulas remotas, estão mais garantidos para quem tem mais recursos no Brasil. Fica evidente, portanto, a necessidade de ações governamentais que tornem mais equilibrado o caminho de acesso à uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

Palavras-chave: Desigualdade digital; Pandemia; Acessibilidade; Educação;

ABSTRACT

This article was organized based on data on access to education during the Covid-19 pandemic obtained from the National Household Sample Survey (Pnad), Regional Center for Studies for the Development of the Information Society (Cetic) and ICT Households. At a time when the internet was the only and exclusive means of access to education, the aim was to identify the challenges faced by students in the face of the impossibility of face-to-face teaching. It is, therefore, bibliographical research, of a qualitative nature: an ethnographic study on access to education during the pandemic. From the production and analysis of the data, it is possible to infer that the pandemic did not only impact the demand for network, but also highlighted digital inequality. It is possible to see that access to Digital Information and Communication Technologies (TDICs), instruments that would give access to remote classes, are more guaranteed for those who have more resources in Brazil. It is evident, therefore, the need for government actions that make the path of access to quality education for all citizens more balanced.

Keywords: Digital inequality; Pandemic; Accessibility; Education;

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

*E-mail: profmarinalara@gmail.com

INTRODUÇÃO

Caracterizada como pandemia em março de 2020, a Covid-19 (Do Bú et al., 2020; Velavan & Maeyer, 2020; World Human Organization, 2020) impôs algumas medidas de restrição e distanciamento social. Na educação, as tecnologias digitais foram importantes aliadas como ferramentas de acesso à educação. O chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi uma das alternativas iniciais para que o acesso à educação não fosse interrompido. Neste sentido, Anísio Teixeira, grande educador que percorreu uma trajetória de sequentes tentativas de implementação de uma educação pública de qualidade no Brasil, afirmou que a educação não é privilégio (TEIXEIRA, 1995). Apesar de a educação ser garantida como direito de todos e dever do Estado e da família, segundo a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1988), a ocasião da pandemia evidenciou outros tipos de desigualdades. Dessa forma,

[...] outra dimensão fundamental no estudo das questões do cotidiano da escola é a sociopolítica/cultural, que se refere ao contexto sociopolítico e cultural mais amplo, ou seja, aos determinantes macroestruturais da prática educativa. Esse âmbito de análise inclui uma reflexão sobre o momento histórico, sobre as forças políticas e sociais e sobre as concepções e os valores presentes na sociedade (ANDRÉ, 1995, p. 44).

Segundo Parreiras e Macedo (2020), as chamadas desigualdades digitais espelham, replicam e reproduzem desigualdades sociais ainda mais amplas. As desigualdades digitais aparecem como uma máscara que esconde outros tipos de desigualdades. Neste sentido, este estudo surge como uma análise de como os diferentes cenários influenciam não somente no acesso à educação, mas também na qualidade do processo educativo. Para além das ferramentas, nem todas as pessoas possuem as habilidades necessárias para usar os recursos tecnológicos, uma vez que estas também dependem de outros contextos (REZENDE, 2016). Evidenciar a desigualdade digital é, portanto, a porta de entrada para discussões sobre questões sociais muito mais profundas.

Desafios impostos pelas desigualdades: o acesso à educação.

Uma das características da pesquisa etnográfica diz respeito ao estudo do particular para dizer algo sobre o geral (TAMBIAH, 1970). Fazer uma descrição densa (GEERTZ, 1989) dos desafios impostos pela pandemia à educação foram importantes não apenas enquanto estavam acontecendo. A singularidade do momento vivido trouxe profundos questionamentos que não ficarão gravados apenas na história, mas servirão como força-motriz para resoluções presentes e futuras. Segundo dados da Rede de Pesquisa Solidária feita em agosto de 2020, no Brasil pré pandemia, 16,5 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com condições limitadas para a educação remota, sem conexão à internet ou com velocidades de download abaixo de 4 Mbps. Com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, poderia chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos. A tabela abaixo, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apresenta dados importantes para aprofundamento da análise.

Tabela 1: Porcentagem de estudantes que receberam atividades da escola, segundo renda e idade.

Décimos de renda domiciliar per capita	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	Total
Mais pobres	70.40%	68.40%	67.60%	69.10%
2	73.60%	71.20%	68.00%	71.50%
3	76.40%	75.90%	71.20%	74.90%
4	79.70%	78.00%	72.50%	77.30%
5	76.90%	78.90%	71.30%	76.10%
6	82.80%	81.00%	74.50%	80.20%
7	84.60%	82.20%	82.10%	83.10%
8	86.30%	84.80%	79.70%	84.10%
9	85.50%	88.00%	82.60%	85.60%
Mais ricos	82.60%	83.90%	80.00%	82.50%
Total	77.90%	76.70%	72.80%	76.20%

Fonte: Pnad Covid, julho 2020.

Os dados acima descrevem uma fotografia da realidade de julho de 2020, que deixa evidente o aumento da desigualdade entre ricos e pobres, reforçada, sobretudo quando olhada através das lentes de acesso ao mundo digital. Uma pesquisa realizada por Kai Arvai, economista do *Banque de France*, e Katja Mann, da escola de comércio de Copenhague mostram os efeitos da digitalização no consumo para demonstrar que as famílias mais ricas são duplamente vencedoras, uma vez que as tecnologias digitais estão de fato baixando o preço dos bens que os mais ricos buscam com avidez. Aumenta, assim, seu poder de compra, mas o mesmo não acontece com a precarização dos trabalhos aos quais se dedicam os mais pobres. Em julho de 2020 a diretora-executiva da Aliança para a Internet Acessível, Sónia Jorge, concedeu uma entrevista para a ONU News, e afirmou:

A população mundial que não tem acesso a internet está numa desvantagem terrível, não só no acesso à informação, mas no acesso à educação, dados sobre saúde, possibilidades de trabalho e formas de compensar a crise econômica. Outro problema que também é muito importante é que muitos não têm um acesso que seja bom suficiente para, por exemplo, usufruir da educação em linha, informações de saúde ou simplesmente informação geral sobre o estado do país, negócios, informações básicas.²

O que foi observado no início da pandemia, apesar de muitos alertas de pesquisas sociais, não teve mudanças significativas, como pode ser observado a partir de pesquisas e produções de dados durante o período. O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic),

[...] tem a missão de monitorar o acesso, o uso e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil desde 2005, objetivo cumprido por meio da produção de indicadores sobre o acesso, o uso e a apropriação das TIC em vários segmentos da sociedade. Tais dados servem como insumo para o desenho e o monitoramento de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da Internet no país.³

O Cetic trouxe importantes contribuições para a análise do cenário de acesso à internet. Uma pesquisa *online* com usuários da internet no Brasil fornece informações que ilustram as desigualdades evidenciadas.

² Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720021>

³ Fonte: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2020_coletiva_imprensa.pdf

Tabela 2: Usuários da internet que frequentam, ou não a escola.

Total		Sim	Não
TOTAL		42.826.956	94.151.766
REGIÃO	Sudeste	5.881.888	14.171.803
	Nordeste	11.877.683	22.590.243
	Sul	2.672.995	8.670.038
	Norte	3.536.890	7.342.773
	Centro-oeste	18.857.501	41.376.908
SEXO	Masculino	19.588.168	39.805.164
	Feminino	23.238.788	54.346.602
GRAU DE INSTRUÇÃO	Até Fundamental	10.229.984	31.834.562
	Médio	16.225.621	41.040.156
	Superior	16.371.352	21.277.047
FAIXA ETÁRIA	De 16 a 24 anos	8.795.344	17.731.038
	De 25 a 34 anos	7.237.880	18.854.003
	De 35 a 44 anos	9.761.630	19.354.721
	De 45 a 59 anos	10.220.549	25.417.786
	De 60 anos ou mais	6.811.552	12.794.219
CLASSE SOCIAL	AB	12.016.644	16.951.103
	C	19.450.552	46.730.833
	DE	11.359.760	30.469.830

Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa on-line com usuários de internet no Brasil - Painel TIC COVID-19 - Edição 4.

O recorte temporal acima também se refere a julho de 2020. O fato de a tabela acima trazer alguns recortes por regiões do Brasil, por classe social, faixa etária, grau de instrução e por gênero, evidenciou que foi mais dramática a situação das regiões mais pobres. Além disso, é importante destacar o dado assustador das mulheres que possuem acesso à internet, mas não frequentam escolas. Essas 54.346.602 milhões de usuárias são mais que o dobro em relação às que frequentam a escola, 23.238.788 milhões, mas a proporção das mulheres que não frequentam a escola, se comparado ao público masculino, é maior, reforçando, também, a desigualdade de gênero. Torna-se notória a queda das máscaras das desigualdades evidenciadas pela pandemia. Neste sentido, alguns grupos precisam esforçar-se muito mais no Brasil para competir com outros, ou seja, os

homens e os que moram em regiões mais ricas do país estão tendo condições de usar mais e melhor a internet como ferramenta para os estudos formais. A tabela a seguir elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) apresenta um recorte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Tabela 3: Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a existência de microcomputador, o acesso à internet e o tipo de telefone - Brasil - 2015

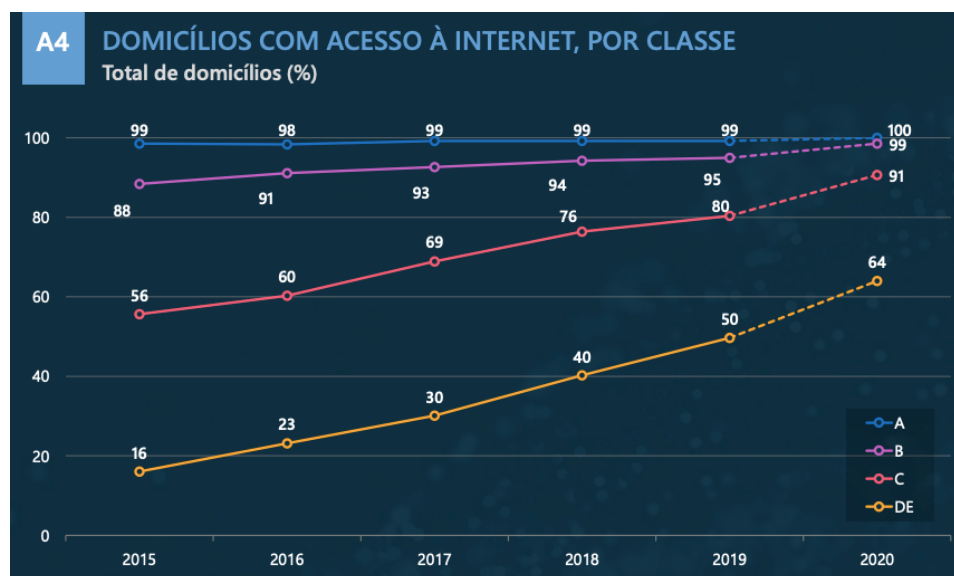
Existência de microcomputador, acesso à internet e tipo de telefone	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)				Moradores em domicílios particulares permanentes (1 000 pessoas) (1)			
	Total (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo)			Total (3)	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo)		
		Até 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20		Até 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20
Total	68 037	61 416	3 410	1 243	204 053	183 531	10 784	3 924
Microcomputador								
Tinham	31 420	26 000	3 137	1 194	99 762	82 626	9 979	3 795
Com acesso à internet	27 535	22 332	3 053	1 174	87 271	70 823	9 700	3 738
Não tinham	36 617	35 416	273	49	104 291	100 905	805	129
Telefone								
Tinham	63 507	57 019	3 408	1 242	193 216	173 037	10 776	3 921
Somente celular	39 476	37 520	831	210	121 893	115 995	2 597	628
Somente fixo convencional	1 449	1 386	20	6	2 497	2 381	39	9
Celular e fixo convencional	22 582	18 113	2 557	1 026	68 826	54 661	8 140	3 284
Não tinham	4 530	4 398	2	1	10 838	10 494	8	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

- (1) Exclusive os moradores cuja a condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
- (2) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento, sem rendimento ou cujos moradores recebiam somente em benefícios.
- (3) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de rendimento, sem rendimento ou cujos moradores recebiam somente em benefícios.

Como já evidenciado em outras pesquisas, o celular parece ser um substituto do microcomputador, uma vez que possui acesso à *internet* e o investimento necessário para sua aquisição é menor. Entretanto, sabemos que a utilização dos recursos do aparelho móvel é limitada quando comparado à um microcomputador, sobretudo para ser utilizado como ferramenta educacional. A pesquisa TIC domicílios⁴, já citada anteriormente, apresentou importantes atualizações no ano de 2020: mais domicílios com acesso à internet (83% representando um aumento de 12 pontos percentuais - p. p.), banda larga fixa ganha terreno como principal tipo de conexão (69%) e mais domicílios com presença de computador (45%). Além disso, a pesquisa evidencia que as classes C e DE apresentaram as maiores diferenças em relação a 2019, segundo gráfico a seguir:

Gráfico 1: Domicílios com acesso à internet, por classe.



Fonte: CGI.br. (2021). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2020.

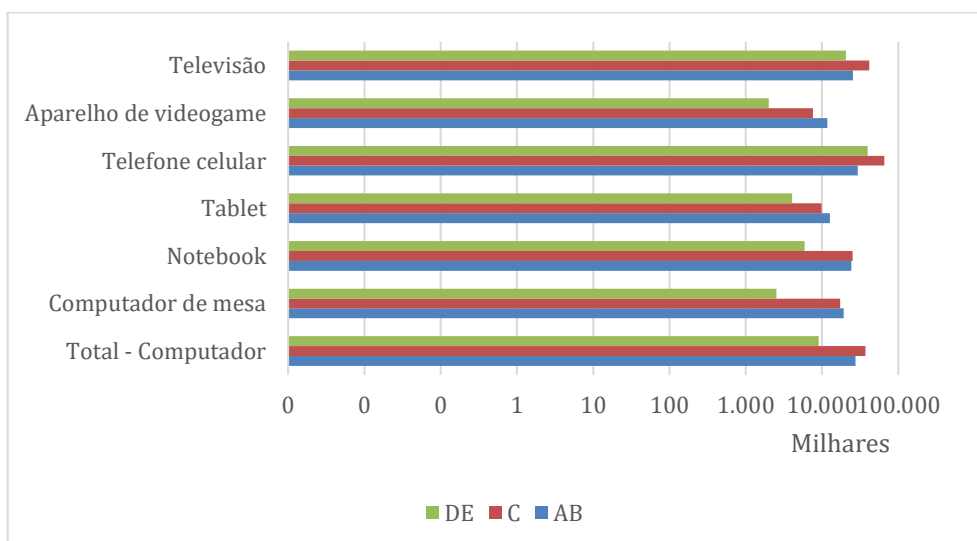
⁴ Fonte https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2020_coletiva_imprensa.pdf

As consequências sociais do acesso limitado à internet

A pesquisa TIC Domicílios⁵ 2020 permitiu estimar o total de brasileiros de 10 anos ou mais de idade que são usuários de Internet⁶. O período da coleta de dados é de outubro de 2020 a maio de 2021.

Apesar disso, as desigualdades no acesso persistem: classes mais altas, com maior escolaridade e mais jovens com maiores proporções de usuários de internet. No gráfico abaixo, se considerarmos que o celular funciona como um minicomputador de baixo custo a tabela acima mostra um salto na classe C com o uso desse instrumento. No caso dos notebooks, que ainda é um instrumento para estudantes universitários, está a frente a classe C. O uso de computadores de mesa é predominante nas classes AB e C.

Gráfico 2: Usuários de internet, dispositivo utilizado por cada classe social.



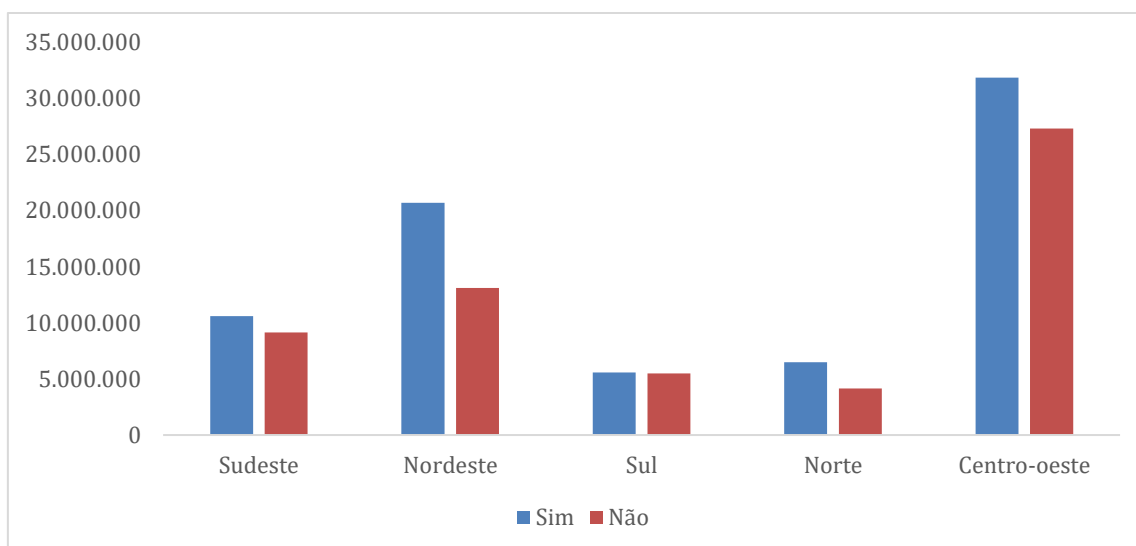
⁵ Os indicadores das edições da pesquisa TIC Domicílios mencionados neste trabalho estão disponíveis em <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>

⁶ Maiores informações disponíveis em Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). (2021). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020*. São Paulo: CGI.br. Detalhes no *website* do Cetic.br: http://cetic.br/media/microdados/256/ticdom_2019_relatorio_metodologico_v1.0.pdf.

Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa on-line com usuários de internet no Brasil - Painel TIC COVID-19 - Edição 4.

Segundo a TIC Domicílios, as classes mais altas utilizam a internet através da televisão em maiores proporções, e evidencia que é maior o crescimento dessa utilização entre usuários de 16 a 24 anos (+16 p.p.). Dessa forma, esses instrumentos que dariam acesso às aulas remotas estão mais garantidos para quem tem mais recurso no Brasil, o que faz com que sejam necessárias ações governamentais para tornar mais equilibrada o caminho de acesso a uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

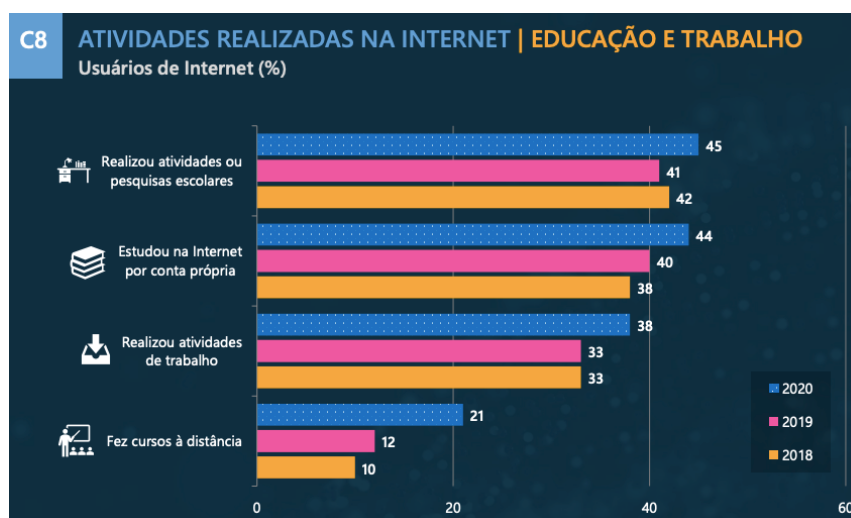
Gráfico 3: Usuários da internet que realizaram atividades ou pesquisas escolares.



Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa on-line com usuários de internet no Brasil - Painel TIC COVID-19 - Edição 4.

Se comparado o gráfico acima com o que vem a seguir, uma complexidade maior aparece, uma vez que abrange um ano antes da pandemia acontecer e o aumento significativo do uso da internet que era visível nos dados observados no campo, mas não havia uma sistematização.

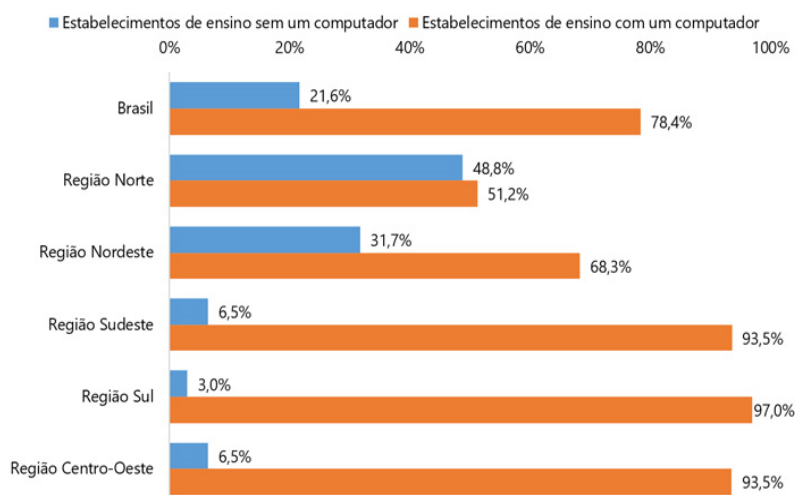
Gráfico 4: Atividades realizadas na internet.



Fonte: CGI.br. (2021). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2020.

No que tange às atividades escolares, o gráfico acima evidencia que atividades escolares por usuários de 10 a 15 anos foi de 91%. Como já era de se esperar diante do cenário desigual brasileiro, a realização de atividades de trabalho pela internet foi reportada em maior proporção pela classe A (72%) e por usuários com Ensino Superior (66%). O que anteriormente não parecia tão evidente, no gráfico a seguir é percebido de forma clara: existe um percentual quase equivalente entre os que possuem os meios digitais e os que o utilizam para atividades nas escolas.

Distribuição dos estabelecimentos públicos da Educação Básica segundo a existência de um computador na escola — Brasil e Grandes Regiões, 2020



Fonte: Fundação Abrinq.

As mesmas desigualdades se refletem na alocação de acesso à internet se comparadas as diferentes regiões do Brasil, segundo o gráfico acima. Na região Norte do Brasil, mais de quatro quintos (81,5%) das escolas públicas não têm acesso à internet. Na região Nordeste, 73,8% têm a mesma situação, sendo consideradas, portanto, duas regiões com menor acesso à internet. Ressalta-se, no entanto, que a falta desse uso da internet é uma realidade média para as escolas das regiões Sudeste (38,2%), Sul (30,3%) e Centro-Oeste (36,9%). O que a pesquisa não mostra é que raramente os professores utilizavam em sala de aula os recursos remotos para desenvolverem suas aulas, ou seja, o acesso à internet na região centro-oeste que está bastante bem em relação ao Norte e Nordeste, parece não ser de grande valia, pois servia somente para a prestação de contas dos recursos fornecidos para ter acesso à merenda escolar, mas não chegava a ser um instrumento didático.

É importante evidenciar a diferença entre as escolas públicas e as escolas particulares. Segundo a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua) uma pesquisa do IBGE feita em abril de 2021 sobre o ano de 2019, 98,4% dos estudantes da rede privada tiveram acesso à rede e este percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 83,7%. Dessa forma, os estudantes das escolas públicas também se encontram em desvantagem em relação aos das escolas particulares.

Claro que a pandemia gerou inúmeros problemas, mas ela também apenas tornou evidente o que sempre esteve ali: um sistema de ensino engessado, desigual e desumano. Estamos falando de desigualdades sociais e, como foco deste estudo, de desigualdade digital. O acesso à internet não é democrático: enquanto as escolas particulares de Monte Feliz retornaram às suas atividades em março de 2021, a rede municipal e estadual se prepara para o retorno apenas em agosto de 2021. Se aqui temos relatos de estudantes com acesso à internet e à educação, que evidenciam as consequências psicológicas e emocionais do distanciamento social, o que dizer sobre os estudantes da rede pública?

Segundo pesquisa divulgada em julho pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 99,3% das escolas brasileiras suspenderam suas atividades presenciais durante a pandemia por Covid-19, e o Brasil foi o 2º país com maior período de suspensão total das atividades presenciais segundo

levantamento da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação). A média de dias de suspensão das aulas foi de 287 dias no ano letivo de 2020, levando em conta tanto as escolas públicas quanto as privadas. Uma pesquisa, intitulada “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, observou que pouco mais de 53% das escolas públicas conseguiram manter seus calendários acadêmicos originais no ano passado. No ensino privado, cerca de 70% das escolas conseguiram manter suas projeções inalteradas (Fundação Abrinq). As adaptações necessárias para o funcionamento das atividades nas escolas diziam respeito, sobretudo, ao acesso à internet. Dados divulgados no relatório “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021” realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a metade dos alunos de 15 a 17 anos matriculados na rede pública de ensino não possuíam equipamentos ou acesso à internet para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia.

Diferentemente, algumas características do ensino privado puderam ser observadas no decorrer deste estudo que compõe uma pesquisa etnográfica: a busca por recursos que pudessem tornar possível o acesso dos alunos à educação. No início da pandemia, quando o acesso às aulas era feito apenas remotamente, algumas escolas particulares assinaram a plataforma *Zoom*, que criava salas de aulas, dividia os estudantes em grupos e, como uma de suas maiores vantagens, permitia com que as aulas ficassem gravadas. Citado este exemplo básico de investimento, reitera-se que só foi possível ter aulas remotas graças ao acesso à internet não somente por parte da instituição, mas também dos alunos e professores. Esta democracia que propala a igualdade dos cidadãos, entretanto, não é encontrada em todos os estabelecimentos de ensino, especialmente os públicos. Se tratando de acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio, o levantamento feito pelo Inep registrou que apenas 15,9% da rede estadual brasileira adotou medidas nesse sentido; na rede municipal, o número registrado foi de 2,2%.

Considerações finais

A imposição do distanciamento social fez com que as práticas metodológicas fossem adaptadas, e tudo aquilo que foi previamente entendido sobre o fazer antropológico em campo, foi transferido para o ciberespaço. Destacar a relevância do

acesso aos meios digitais implica na constatação de que, apesar de a educação ser um direito de todos, o acesso a ela durante a pandemia foi, de fato, privilégio de poucos. Os dados aqui apresentados evidenciam como estamos distantes de um cenário que supere desigualdades que nunca foram colocadas em evidência, em especial no que se refere à exclusão digital. O que se espera, portanto, é que a pandemia não fique apenas registrada como um fatídico fato histórico, mas que sirva, também, como mola propulsora de resoluções de tantas questões sociais que são vividas em nosso país e no mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

DO BÚ, E. A.; ALEXANDRE, M. E. S.; BEZERRA, V. A. S., SÁ-SERAFIN, R. C. N.; COUTINHO, M. P. L. *Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros*. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 37, 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1989.

PARREIRAS, C.; MACEDO, R. M. *Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas*. In: TONIOL, R.; GROSSI, M. (orgs.). *Cientistas sociais e o coronavírus* Florianópolis: Tribo da Ilha Editora, 2020. p. 485-491.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. Nota Técnica nº 22, de 28 de agosto de 2020. Disponível em: <Disponível em: https://rededesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/boletimpps_22_28agosto.pdf >. Acesso em: 04 mai. /2022.

REZENDE, M. *O conceito de letramento digital e suas implicações pedagógicas*. **Texto livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 94-107, 2016.

TAMBIAH, S. J *A performative approach to ritual*. Londres: The British Academy/Oxford University Press, 1979.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

VELAVAN, T. P.; MAYER, C. G. *The COVID-19 epidemic*. Tropical Medicine and International Health, 25(3), 2020: p. 278-280.

WORLD HUMAN ORGANIZATION. *Coronavirus disease (COVID-19): situation dashboard*. Geneve. 2020.

Recebido em: 03/11/2022

Aprovado em: 05/12/2022

Publicado em: 08/12/2022